

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 129, DE 28 DE JUNHO DE 2013.

“Revoga o inciso II do artigo 2º e altera os artigos 4º e 5º da Lei Municipal nº 2.449, de 15 de agosto de 2006, que dispõe sobre o parcelamento de créditos municipais de natureza não tributária, junto à Fazenda Pública Municipal, e ainda cria o Parágrafo 2º, e dá outras providências”.

SERGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica expressamente revogado o inciso II do art. 2º da Lei nº 2.449, de 15 de Agosto de 2006.

Art. 2º Os artigos 4º e 5º da Lei nº. 2.449/2006 passam a ter as seguintes redações:

“Art. 4º O parcelamento será concedido através de Termo de Parcelamento, que indicará o valor do crédito principal, acrescido de correção monetária, pelo índice IPCA, de juros de 1% ao mês, de multa, calculados até a data da assinatura do compromisso de pagamento, e do percentual de 1% ao mês de encargos do financiamento.”

Parágrafo único. A primeira parcela deverá ser paga, necessariamente, na assinatura do termo, e as demais, mensais e consecutivas, terão vencimento no dia 10 (dez) de cada mês.

Artigo 5º O atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de qualquer valor implicará no cancelamento do parcelamento e na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 28 de junho de 2013.

SERGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI
Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Estamos encaminhando a esta Egrégia Câmara, o projeto de lei nº. 129, de 28 de junho de 2013, que “Revoga o inciso II do artigo 2º e altera os artigos 4º e 5º da Lei Municipal nº 2.449, de 15 de agosto de 2006, que dispõe sobre o parcelamento de créditos municipais de natureza não tributária, junto à Fazenda Pública Municipal, e ainda cria o Parágrafo 2º, e dá outras providências”.

O presente projeto de lei visa atualizar as previsões de parcelamento de créditos municipais de natureza não tributária, junto à Fazenda Pública Municipal.

Atualmente, o Município possui a Lei que possibilita o pagamento parcelado das dívidas não tributárias, **pois hoje tem-se a situação de não haver penalidade de multa, para a devida correção monetária.**

Cumprе salientar que a inclusão deste percentual de multa de 1% (um por cento) ao mês de juros do Financiamento, trará o benefício de evitar o inadimplemento dos contribuintes, perante o termo de compromisso acordado com o Município, haja vista, que tal determinação irá acatar o Princípio da legalidade previsto no art. 37 da Constituição Federal, pois anteriormente não havia previsão legal para tal cobrança.

Desta forma, a Administração Municipal entende ser viável as alterações ora propostas.

Sendo o que nos cumpria apresentar, aproveitamos o ensejo para saudar a todos os componentes dessa Casa Legislativa.

SERGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal